

REVISTA

CICEP

EVOLUÇÃO

AGOSTO DE 2025 V.4 N.08

ISSN: 27645363



9 772764 536002

DATA DE PUBLICAÇÃO: 15/08/2025



SL EDITORA

Revista Evolução CICEP

Nº 08

Agosto 2025

Publicação

Mensal (agosto)

SL Editora

Rua Bruno Cavalcanti Feder, 101, Torre A - 61 – Quinta da Paineira - 03152-155

São Paulo – SP – Brasil

www.sleditora.com

Editor Chefe

Neusa Sanches Limonge

Projeto Gráfico e capa

Lucas Sanches Limonge

Diagramação e Revisão

Luiz Cesar Limonge

Responsável Intelectual pela Publicação

Centro Institucional de Cursos Educacionais Profissionalizantes (CICEP)

Revista Evolução CICEP – Vol. 4, n. 08 (2025) - São Paulo: SL Editora, 2025 – Mensal

Modo de acesso: <https://www.revistaevolucaocicep.com.br/>

ISSN 2764-5363 (online)

Data de publicação: 15/08/2025

1. Educação 2. Formação de Professores

CDD 370

CDU 37

Renato Moreira de Oliveira – Bibliotecário - CRB/8 8090

SUMÁRIO

AS ARTES VISUAIS

DEBORA RODRIGUES DA SILVA.....	04
--------------------------------	----

AS ARTES VISUAIS

DEBORA RODRIGUES DA SILVA

RESUMO

As Artes Visuais constantes quando falamos sobre a Educação Infantil. Quando esta se depara com imagens de diferentes formas, definem aprendizagens que lhes são básicas, tais como a “rotina, disciplina, atendimento a regras, ritmo de atividades, interação social, motivação para conclusão das tarefas e prazer em concluir uma atividade e verificar seu produto” (TRISTÃO, 2006).

Palavras-chave: Arte, Artes Visuais, Educação, Criança.

A criança no que diz respeito a sua aprendizagem, depende de ambientes que a tornem possível, ou seja, nas palavras de Tristão (2006),

aprendizagem ativa o processo dinâmico e interativo da criança com o mundo que a cerca, garantindo-lhe a apropriação de conhecimentos e estratégias adaptativas a partir de suas iniciativas e interesses, e dos estímulos que recebe de seu meio social.

Em seu processo de aprendizagem, a criança desde muito cedo vê o mundo a sua volta e se apropria de conceitos, ideias, noções, formas de se expressar e cria sua própria maneira de dizer aquilo que sente, quer e vê. Porém, para que esta aprendizagem possa ser efetivamente exercida, é necessário que o adulto possa mediar o diálogo da criança com o mundo a sua volta.

O currículo que se preocupa em desenvolver a criança em todas as suas plenitudes, pode se basear, conforme aponta Tristão (2006):

- Linguística;

- Emotiva;
- Sensório-Perceptiva;
- Cognitiva;
- De autoajuda;
- Social;
- Motora ampla e refinada.

As Artes Visuais devem fazer parte das ferramentas utilizadas para incentivar a aprendizagem da criança, onde através destas ações, se expressa com o mundo e passa a dialogar com tudo a sua volta.

As Artes Visuais para as crianças constituem-se como uma atividade inerente a sua especificidade, tão “indispensável quanto comer, dormir e falar” (TRISTÃO, 2006). Através das Artes Visuais a criança desenvolve suas atividades cognitivas, psíquicas e emocionais. Ao disponibilizar materiais no espaço escolar, deve-se atentar para sua organização e disposição para que a criança tenha a liberdade de brincar, criar e recriar significados a um mesmo objeto, ampliando, desta maneira, sua ação dialógica com o mundo ao seu redor.

A criança exerce uma atividade que lhe é prazerosa, e através deste prazer constrói uma relação significativa com a aprendizagem, verdadeiro sentido do conceito de que se aprende brincando.

Brincar é importante porque é bom, é gostoso e dá felicidade, e ser feliz é estar mais predisposto a ser bondoso, a amar o próximo e a partilhar fraternalmente. É brincando que a criança se desenvolve e exercita suas potencialidades. (TRISTÃO, 2006)

As Artes Visuais possuem um papel singular à criança, pois estimula sua curiosidade, capacidade de criação e imaginação. A criança revive as ações do cotidiano, suas vivências e formas que interage e vê o mundo a sua volta. O faz de conta na verdade expressa muito da ótica da criança sobre o mundo.

Se tratando de crianças com necessidades especiais, o currículo engloba o brincar dentro de uma perspectiva que favoreça:

- A criança aprenderá quem ela é, seu valor enquanto pessoa, sua cultura e seu país;

- A criança deverá estar segura em um ambiente que não a agride física, emocional ou socialmente, e não vivencia abuso ou discriminação;
- A criança tem garantido o direito à saúde e ao bem-estar;
- A criança vivencia experiências positivas, pacíficas e afirmativas;
- Seu contexto de aprendizagem é rico em estímulo, motivador e alegre;
- As experiências deverão estimular sua curiosidade e a exploração ativa, considerando sempre seu ritmo e seus interesses. A importância do brincar deverá ser sempre reconhecida, e o tempo para pensar e fantasiar deverá ser garantido.
- A criança deverá aprender a conservar seu ambiente físico e cultural;
- Os profissionais e a família observam criteriosamente seu progresso, estabelecendo objetivos apropriados para sua aprendizagem, provendo um ambiente enriquecedor no qual a experiência da criança seja bem sucedida e desafiadora para novas aquisições, e onde o seu potencial para aprender seja reconhecido;
- A aprendizagem não é limitada por discriminação sexual;
- A aprendizagem não é limitada por discriminação de raça ou pela cor;
- As decisões sobre a educação da criança deverão ser compartilhadas com sua família;
- Os conflitos são resolvidos pacificamente;
- A importância da família e do lar é reconhecida;
- A aprendizagem é reconhecidamente um processo para toda a vida e inclusive para os adultos que acompanham a criança e que estão também em processo de aprendizagem;
- Todas as pessoas têm o direito de terem implementados esses princípios.

(TRISTÃO, 2006)

Sendo assim, as Artes Visuais atendem as expectativas de todas as crianças, sem distinção de suas diferenças, sejam elas físicas cognitivas ou sociais. Elas vão além das barreiras impostas pelos mais variados motivos e, alcança a ação pedagógica e propicia à aprendizagem da forma mais natural para a criança, pelo riso, imaginação, criação e suavidade.

O DESENHO

Este capítulo tem como objetivo efetuar uma abordagem sobre o desenho infantil, analisando as características da criança enquanto sujeito social, bem como compreender as etapas de desenvolvimento da criança, para a produção de desenhos, para tanto foi efetuado como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica.

Apenas no século XVII a criança passou a ser considerada como sujeito para a sociedade (imagem 1) e, até mesmo, para a família. Encontramos em Ariès (1978, p.104), a confirmação de que “[...] a criança era vista como um ser frágil, indefeso”.

Imagem 1 – Pintura de vendedor de sorvetes com crianças, século XIX. Autor desconhecido.



Fonte: Disponível em: <<http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL1335975-17397,00-ATE+SECULO+XX+CRIANCAS+ERAM+TRATADAS+COMO+PEQUENOS+ADULTOS.html>>.

Acesso em: março de 2020.

Pelas palavras de Ziberman (2003, p. 13),

[...] a mudança se deveu a outro acontecimento da época: a emergência de uma nova noção de família, centrada não mais em amplas relações de parentesco, mas num núcleo unicelular, preocupado em manter sua privacidade (impedindo a intervenção dos parentes em seus negócios internos) e estimular o afeto entre seus membros.

Este marco social, a consolidação da família, transforma a concepção de infância e de criança, atribuindo-lhe um novo significado, assim como uma delimitação. Kuhlmann e Fernandes (2004) através de suas pesquisas diferenciam o conceito de infância do conceito de criança, postulando que, “infância refere-se a um período da vida humana enquanto criança trata-se de uma realidade psicobiológica do indivíduo”, demonstrando que ambos os conceitos possuem características que lhes são singulares, embora não seja uma única coisa.

Após saírem do período em que dependiam das mães para se alimentar, o período lactante, as crianças eram introduzidas no universo adulto. “Na sociedade medieval não havia a divisão territorial e de atividades em função da idade dos indivíduos, não havia o sentimento de infância ou uma representação elaborada dessa fase da vida.” (ARIÈS, 1973, p. 34).

A infância surge a partir da constatação de que as crianças necessitavam de cuidados diferenciados. As crianças, vistas apenas como seres biológicos, necessitavam de grandes cuidados e, também, de uma rígida disciplina, a fim de transformá-las em adultos socialmente aceitos (LEVIN, 1997).

Outro fato que modifica e consolida o conceito de criança e de infância foi à escolarização destas. A escola nos moldes disciplinares trazidos das instituições religiosas contribuiu para a formação de uma pedagogia voltada para a criança.

Para fins de situarmos o conceito de criança dentro do cenário brasileiro, utilizamos o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, art. 2º). Segundo este documento considera-se criança “[...] para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Esta realidade de concepção brasileira busca

delimitar a criança de acordo com seu desenvolvimento específico naquela fase da vida.

Entender a Educação como resultado de uma relação entre pessoas, que, apoiada em saberes, historicamente e culturalmente construído através dos tempos, compactuam entre si através de uma relação dialógica que tem por finalidade o ato de educar para a vida, a liberdade, a autonomia e o viver juntos.

Em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010, p.12), “a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas”. A porta de entrada da criança no universo escolar dá-se através da Educação Infantil, caracterizada nas creches e jardins de infância.

Desta forma, estipula-se um marco legal e histórico que proporcionou esta concepção para Educação Infantil, como pertencente à educação básica necessária a todos sem distinção. Este foi possível através de movimentos sociais dos diversos grupos existentes, como o das mulheres, dos trabalhadores e dos profissionais da educação.

Historicamente a criança nem sempre foi vista e compreendida como um sujeito com características próprias para esta fase. Ao adquirir determinada autonomia e, não ser mais amamentada, a criança passava a ser concebida como um adulto que deveria auxiliar nas tarefas da casa. Neste sentido: “A criança é um construto cultural, uma imagem gratificante que os adultos necessitam para sustentar suas próprias identidades. A infância constitui a diferença a partir da qual os adultos definem-se a si mesmos.” (SPIGEL, 1998, apud BUJES, p. 110)

Desenho

A manifestação artística é muito comum logo nos primeiros momentos de vida da criança. Conforme Greig (2004, p.15):

Mal começa a andar, a criança apodera-se do lápis. Qualquer objeto parecido lhe basta, pois ela se contenta com um jogo de imitação. Mas, ao longo do segundo ano, a criança empunha e utiliza para valer o lápis ou a caneta hidrográfica e constata com satisfação que seu gesto deixa uma marca.

Segundo Luquet (1969, p. 15) “[...] a criança desenha para se divertir [...]”, temos nesta primeira afirmação um ponto chave para olharmos o desenho do ponto de vista da criança para o objeto. Pois, se para o adulto o momento de desenhar se constitui em uma gama de significados e símbolos, para a criança, este momento se mescla com jogos e brincadeiras.

O desenho se manifesta quase de maneira singular, pois, ainda que várias crianças façam o mesmo desenho, cada uma irá expressá-lo de uma maneira muito própria.

No que se refere a sua realização, Luquet (1969) apontou que a criança pode permanecer por muito tempo sem desenhar, sem que isto caracterize uma desistência face aos possíveis erros anteriores, mas por se entreter com outras atividades. Sendo está uma atividade prazerosa e que pode ser executada sem a exigência de outra criança.

Ainda segundo Luquet (1969) o desenho infantil não representa para a criança, por via de regra, como um objeto que tenha alguma utilidade específica. Conforme exemplo citado pelo autor:

Uma menina com 8 anos fez um esboço para explicar à mãe como era feita a máquina de dobrar as meadas que utilizava uma de suas pequenas amigas para dobrar novelos de seda. Como lhe manifestaram a intenção de conservá-la na coleção dos seus desenhos, pôs esta objeção: Não é um desenho; é uma coisa para explicar como é feita. Onde resulta que uma figura explicativa não é um desenho, e que, portanto, o desenho se caracteriza pela sua inutilidade (LUQUET, 1969, p. 16).

Ao atribuir determinada seriedade ao desenho que está fazendo, a criança passa a realizá-lo com maior primor e capricho. Prova disto, conforme Luquet (1969), quando a criança dedica o desenho a alguém. Nesta perspectiva a criança estabelece um critério de satisfação para o desenho feito, podendo ela mesma reprová-lo ou, até mesmo, rabiscá-lo e descartá-lo automaticamente após não ter apreciado. Luquet (1969, p. 18) afirma que “a criança sabe eliminar”.

O desenho acaba por traduzir os sentimentos de uma criança, pois, ao fazê-lo ela expressa suas emoções, sejam ruins ou boas. Assim sendo, os desenhos de uma criança funcionam como um manual sobre si e o seu

universo interior. Tudo expresso através do desenho manifesta um sentido e um significado. Nesta perspectiva: “A criança é o elemento central da proposição: seu desenho é apenas uma forma particular da emergência da linguagem, um reflexo de seu crescimento psíquico.” (GREIG, 2004, p. 15).

Quando paramos para analisar o que a criança desenha iremos nos deparar com uma quantidade de temas fantástica. Conforme Luquet afirmou “[...] todos os gêneros tratados pelos artistas profissionais.” (1969, p. 22). Porém, estabelece um novo fato, “[...] a criança representa nos seus desenhos tudo o que faz parte da sua experiência, tudo o que está aberto à sua percepção.” (1969, p. 22).

Dentro das perspectivas acima citadas temos uma prévia de como Luquet interpretou os desenhos feitos pela criança:

“[...] o desenho é uma íntima ligação do psíquico e do moral. A intenção de desenhar tal objeto não é senão o prolongamento e a manifestação da sua representação mental; o objeto representado é o que nesse momento ocupava no espírito do desenhista um lugar exclusivo ou preponderante” (1969, p. 23).

O desenho infantil passou a ser objeto de estudo no final do século XIX. Em princípio atrelado aos estudos de psicologia experimental (Meredieu, 2004, p. 2-4), porém, os resultados serviram de base para inúmeras áreas, como a pedagogia, a sociologia etc.

Meredieu através de seus estudos propõe uma linha histórica sobre a temática:

- 1880-1900 – é reconhecida a originalidade da infância; influência das ideias de Rousseau, em Pedagogia, que levou a distinguir diferentes etapas no desenvolvimento gráfico da criança;
- 1926 – o desenho é introduzido no tratamento psicanalítico. O “sentido estético” da criança é levado em consideração. A sociologia aborda a comparação entre os desenhos infantis de diversos países;
- Momento atual – os estudos sobre o desenho beneficiaram-se da contribuição – considerável em psicologia infantil – da obra de Piaget, e prosseguem no sentido de uma elucidação dos mecanismos da expressão infantil, expressão que não é mais gráfica e plástica, mas também gestual e musical (MEREDIEU apud Sant’Anna, 2009, 2-4).

O ato de desenhar, de querer rabiscar, torna-se, praticamente, necessário para a criança por volta do um ano e meio (Meredieu, 1991). E, a

partir das observações que esta faz dos resultados de suas ações, da ação do lápis sobre o papel ou outra superfície, “[...] só depois é que a criança notando que seu gesto produziu um traço tornará a fazê-lo, desta vez pelo prazer do efeito” (MEREDIEU, 1991, p.25). As ações da criança em torno do desenho se desenvolvem desde o ato motor de rabiscar e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento de todo o seu ser por diversas fases.

Pensando em fases Piaget (1948) define que a representação feita pela criança é o resultado da semiótica, ou seja, a criança reconstrói o objeto mentalmente, sem que para isto o objeto tenha que estar presente. É, segundo Piaget, através da semiótica que a criança torna-se capaz de reconstruir situações vivenciadas e estabelecer relações entre o passado e o presente.

Inicialmente, para Piaget, a criança irá estabelecer que o desenho é a forma principal que possui para representar seus conhecimentos sobre o mundo a sua volta.

O desenho é uma das manifestações semióticas, isto é, uma das formas através das quais a função de atribuição da significação se expressa e se constrói. Desenvolve-se concomitantemente às outras manifestações, entre as quais o brinquedo e a linguagem verbal (UNESCO apud PIAGET, 1973, p. 1).

Quando analisamos o ato motor de desenhar, encontramos em Vygotsky um olhar preciso sobre o desenho enquanto “registro do gesto, constituindo a passagem do gesto à imagem” (1988).

Segundo o autor:

A percepção do objeto, no desenho, corresponde à atribuição de sentido dada pela criança, constituindo-se realidade conceituada, e não material. Inicialmente o objeto representado é reconhecido após a realização do desenho, quando a criança expressa verbalmente o resultado da ação gráfica, identificada ao objeto pela sua similaridade (UNESCO apud VYGOTSKY, 1988, p.1).

Para Vygotsky “toda criança em algum momento pede papel e lápis para desenhar”. Em seu processo de aprendizagem, a criança desde muito cedo vê o mundo a sua volta e se apropria de conceitos, ideias, noções, formas de se expressar e cria sua própria maneira de dizer aquilo que sente, quer e vê. Porém, para que esta aprendizagem possa ser efetivamente exercida é

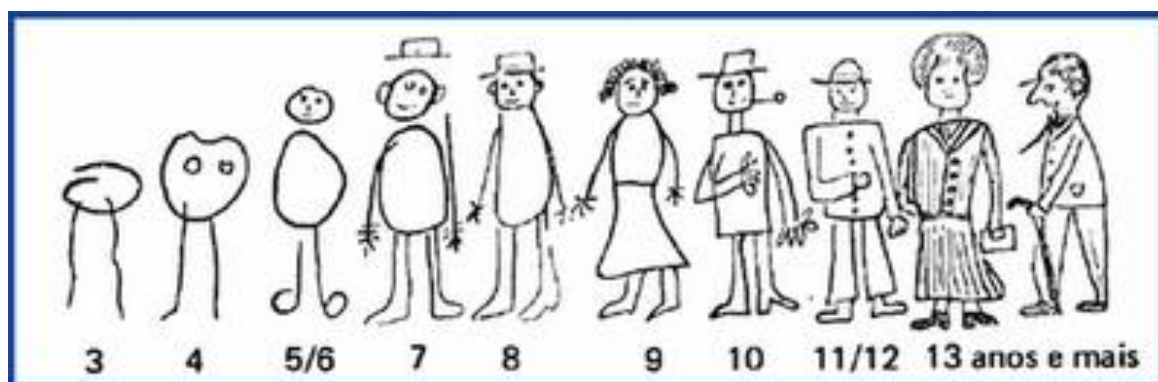
necessário que o adulto possa mediar o diálogo da criança com o mundo a sua volta.

Veremos a seguir como cada teórico estruturou as fases do desenho dentro do desenvolvimento infantil para interpretação.

Etapas do desenho

O desenho infantil (imagem 2) longe de ser algo simples ou que não contemple uma análise complexa, apresenta características e fases que são próprias e, portanto, passíveis de serem observadas.

Imagem 2 – Esquema corporal proposto por Vygotsky sobre a evolução do desenho infantil



Fonte: Disponível em:

<<http://tempodecrescertempodeaprender.blogspot.com.br/2011/09/evolucao-do-grafismo-desenho.html>>. Acesso em: março de 2020.

Em um primeiro momento o desenho se manifesta enquanto informal, apesar de comumente se atribuir o status de abstrato aos primeiros desenhos realizados pela criança.

Os primeiros estudos sobre o rabisco feito pela criança inicialmente, datam do final do século XX. Estudiosos como William Preyer (1841 – 1897) que observou os primeiros rabiscos feitos por bebês. Em sua obra intitulada *A alma da criança* (1882), inaugura a chamada Psicologia da Criança. Segundo Delval (1994), o fisiologista observava seu próprio filho por pelo menos três vezes no dia, durante os primeiros três anos de vida, criando assim um diário rico em detalhes sobre seu desenvolvimento.

Ao perceber que o ato motor de desenhar produz resultados que lhes são prazerosos, a criança passa então a persistir nestas ações e dá origem a uma nova fase de seu desenvolvimento no desenho, o grafismo voluntário.

Segundo Berson apud Meredieu (2006) existem três fases em que podemos classificar os rabiscos iniciais da criança, são elas:

- **Estágio vegetativo motor:** (dezoito meses de idade) composto por um traçado arredondado, convexo ou alongado.
- **Estágio representativo:** (2 a 3 anos de idade) formas isoladas, possibilitadas pelo manuseio do lápis com maior complexidade. Traços mais lentos e descontínuos, tentativas de representação de objetos e surgem os primeiros comentários sobre o desenho que realizou.
- **Estágio comunicativo:** (inicia-se dos 3 aos 4 anos de idade) Imitação das ações dos adultos, tentativas de escritas. Estás são em forma fictícia e contínuas, com o intuito de imitar a escrita e o movimento adulto ao escrever.

Conforme o desenvolvimento físico da criança, sua forma de se expressar corporalmente também se modifica e as atividades gráficas acompanham-na. Temos como exemplo a figura do girino, um desenho com maior complexidade utilizando rabiscos descontínuos e ovalados. Este desenho contempla apenas a cabeça e os membros humanos, tendo na cabeça o centro do desenho, haja vista que é este o ponto de partida para que ela se relacione e, nos membros o modo de locomoção até os objetos a sua volta.

Segundo Meredieu (2000, p. 29): “A criança sente um grande prazer em executar esse tipo de traçado, toda contente em poder levantar e abaixar o lápis em cadência.”

Encontramos em Luquet (2000) um maior detalhamento das etapas do grafismo da criança:

- **Realismo fortuito:** Inicia-se por volta dos dois anos de idade e finaliza o período dos rabiscos. Inicia-se o início da representação de objetos, mas ainda de forma muito rudimentar. A criança começa a associar seu desenho com determinado objeto e passa a nomeá-los.
- **Realismo fracassado:** Dos três aos quatro anos de idade. A relação entre o objeto e desenho começa a se estabelecer, mas ainda com erros e acertos (sucessos e fracassos).

- **Realismo intelectual:** Dos quatros anos até os dez ou doze anos de idade. A criança passa a desenhar aquilo que conhece e para tanto lança mão de dois recursos, o primeiro é desenhar os objetos sem perspectiva e, o segundo, a mistura do objeto com seu conteúdo, sem que haja uma diferenciação entre um e outro.
- **Realismo visual:** Dos doze anos de idade, finalizando o desenho infantil. Os pontos relevantes são a utilização da perspectiva e a imitação dos desenhos feitos por adultos.

O processo de desenvolvimento do traçado da criança é uma fonte rica para que o profissional possa ter contato com as características da criança. Pois, novamente afirmamos que todo e qualquer traçado feito pela criança apresenta um sentido e um significado.

Dentro de uma análise baseada nos estudos de Jean Piaget (1896 – 1980) o desenho da criança passa por cinco etapas, assim sendo segundo Bordoni (s/d):

- **Garatuja:** manifesta-se entre os períodos denominados sensório motor (0 aos 2 anos de idade) e pré-operacional (2 aos 7 anos de idade). Presença do prazer ao fazer seus desenhos e a cor utilizada não apresenta uma preocupação prévia. Esta fase pode ser subdividida em:
 - Desordenada: desenho visto como um exercício, feito em movimentos com amplitude e de forma desordenada.
 - Ordenada: Inicia-se um interesse pelo traçado realizado, movimentos utilizando grandes espaços e círculos.
- **Pré-esquematismo:** A fase em que a criança encontra-se no pré-operatório permite que comece a estabelecer uma relação entre seu desenho, o que imagina e a realidade que a cerca. A utilização do espaço começa a ser pensada.
- **Esquematismo:** Apresenta-se na fase das operações concretas. Começa a traçar esquemas representativos, que repete em várias situações de desenho. Começa a estabelecer uma noção melhor sobre o espaço a ser utilizado através da linha de base para o desenho. A figura humana passa a ser expressa, mas ainda de forma exagerada ou negligente. As cores passam a ter um sentido maior com relação ao objeto representado.
- **Realismo:** Manifesta-se no final da fase das operações concretas. Passa a não fazer mais a linha de base, substituindo pelo plano e/ou superposição. As questões de gênero começam a aparecer, dando uma ênfase maior ao sexo do desenho da figura humana. Utiliza formas geométricas.

- **Pseudo Naturalismo:** Fase das operações abstratas. O desenho terá cunho investigativo da personalidade da própria criança, deixando de ser feito de forma espontânea. Utiliza o conceito de profundidade do espaço. A figura humana é expressa com mais detalhamentos das articulações e tamanhos. As cores são utilizadas de forma consciente.

Outro teórico que irá dividir as etapas do desenho infantil é Lowenfeld (2000):

- **Rabiscção:** A criança inicia seu tracejar pelo rabisco. Realiza esta ação com imenso prazer. Para Derdeyk (2002) “a criança rabisca e de repente percebe que deste rabisco surge uma gente, uma semente, qualquer forma”. A ação de rabiscar é extremamente um ato motor, apenas quando a criança percebe que deste movimento surge um resultado diferente é que irá repeti-lo pelo simples prazer.
- **Garatuja:** O primeiro desenho da criança, propriamente dito, surge por volta dos dezoito meses de idade. Este desenho se desenvolve e da “célula” inicial, nomes e membros começam a aparecer. Há, através do processo, a utilização de diferentes traços para compor o desenho, como retas, cruzeiros, retas diagonais, quadrados, dentre outros. O desenho começa a ser considerado em relação as percepções da criança com o mundo ao seu redor.
- **Garatuja Desordenada:** Nesta fase que se desenvolve através da fase das garatuja, os traços feitos pela criança não obedecem a um padrão, sendo de vários tamanhos e seguindo em diferentes direções dentro do espaço utilizado.
- **Garatuja Controlada:** Quando a criança percebe os traços que faz, ela irá controlar melhor seu traçado e direcioná-lo. Começam a surgir os primeiros círculos. O espaço é visto e preenchido com mais riqueza de cores e passa a perceber os limites deste.
- **Atribuições de nomes as garatuja:** Ainda que para o adulto não seja possível identificar o que criança desenhou, para ela o desenho terá um significado, irá representar algo. A criança estabelece, mentalmente, o que quer desenhar. Porém, esta noção inicial pode não se manter no final do desenho, mudando o nome daquilo que desenhou. O interesse maior nesta fase é a necessidade que a criança passa a ter de querer se comunicar com o universo adulto.
- **Desenhos pré-esquemáticos:** Quando chega aos quatro anos de idade os desenhos feitos pelas crianças adquirem aspectos já perceptíveis pelos adultos. O mundo a sua volta, suas formas e

objetos passam a ter uma importância maior nos desenhos que realiza. A figura humana é representada com a forma do “girino”.

- **Figuras soltas:** Por volta dos quatro anos de idade a criança passa a desenhar figuras que não ocupam um lugar determinado no espaço. A criança desenha aquilo que conhece, sem se preocupar, ainda, com cores e formatos.
- **Cenas:** A organização dos desenhos é o principal desta fase. Há a utilização premeditada do espaço, o que ela sabe que fica no chão é desenhado na parte de baixo, o que fica no que seria o céu, na parte de cima da folha. Começa a existir uma relevância maior quanto ao tamanho, cor e formato do objeto desenhado.

Concluimos com os apontamentos de Vygotsky (1896 – 1934), o autor dividiu o desenvolvimento da “expressão gráfico-plástica” da criança em etapas:

- **Simbólica:** Fase em que a criança desenha bonecos que representam a figura humana. Utilizam a memória para desenhar, mas sem que exista uma verdadeira regra para o desenho e a realidade. Desenha um determinado objeto sem que com isso respeite o verdadeiro formato deste.
- **Simbólico-formalista:** O mais importante nesta fase é uma maior proximidade que a criança estabelece ao desenhar, do desenho com o objeto. O traçado da criança adquire um detalhamento maior, mais complexo.
- **Formalista veraz:** O objeto representado no desenho corresponde ao real. A questão simbólica dos objetos é deixada de lado.
- **Formalista plástica:** A criança começa a elaborar desenhos com maior complexidade. Passa de uma simples representação de objetos, para uma criança de cunho pessoal.

Como constatamos com o auxílio das várias teorias observadas, o desenho infantil é rico em complexidade e oferece aos profissionais ferramentas para compreender o modo de ver, sentir e pensar a realidade pela criança. O próximo capítulo pretende-se efetuar uma análise sobre interpretação destes desenhos e os seus significados.

CONCLUSÃO

A infância é um dos períodos, se não o mais importante, um dos mais importantes para o processo de desenvolvimento do ser humano.

Sociedades, de um modo geral, buscam nutrir um olhar mais próximo e atento as crianças durante os primeiros anos de vida. Uma fase em que a criança experimenta tudo a sua volta com vista a conhecer, elaborar hipóteses, testar de diferentes formas e modos sua interação com os objetos, figuras, pessoas, coisas, que estão na sua proximidade ou quando lhes são oferecidas situações em que possa fazê-lo.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família.** LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1º Ed. 1973.

BARBOSA, A. M. **Teoria e prática da educação artística.** São Paulo: Cultrix, 1975.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento.** Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese, 7. ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**/ Secretaria de Educação Básica. - Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BUJES, M.I.E. **Escola infantil: pra que te quero?**In: GRAIDY, C.M.; KAERCHER SILVA, G.E.P. (Org.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 7a edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

KUHLMANN, Jr. Moysés; FERNANDES, R. **Sobre a história da infância**. In: FARIA FILHO, L.M. de. (Org.). **A infância e sua educação: materiais, práticas e representações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LA TAYLLE, Yves de, OLIVEIRA, Marta Kohl de, & DANTAS, Heloysa - Piaget,Vigotsky,Wallon: **Teorias Psicogenéticas em Discussão**. São Paulo, Ed. Summus, 1992.

LEVIN, E. **A infância em cena** - Constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor. Petrópolis, Rio de janeiro: Vozes, 1997.

LUQUET, G. H. **O desenho infantil**. Cia. Ed. Do Minho. Barcelos. 1969.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro/** Edgar Morin; tradução de Catarina Eleonora F. da Silda e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. ver. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos da Criança**, de 20 de novembro de 1989.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica.** Porto Alegre, 2002.

PONCE, A. **Educação e luta de classes** / Aníbal Ponce, tradução de José Severo de Camargo Pereira. – 19. ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, D. **Educação como prioridade/** Darcy Ribeiro. Organização Lúcia Velloso Maurício. – 1. ed. – São Paulo: Global, 2018.

SÃO PAULO. **CURRÍCULO DO ESTADO DE SÃO PAULO: Linguagens, códigos e suas tecnologias/**Secretaria da Educação – São Paulo: SE, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** 2a edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRISTÃO, R. M. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento.** [4. ed.] / elaboração prof^adr^a Rosana Maria Tristão (do nascimento aos três anos de idade – Universidade de Brasília/UnB, prof^a Ide Borges dos Santos (quatro a seis anos de idade) – MEC/SEESP (especialista em deficiência mental). – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.65 p. : il.

ZABALZA, M.A. **A qualidade em Educação Infantil.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZILBERMAN, R. **A literatura infantil na escola.** 11. Ed. São Paulo: Global, 2003.

